

PLANCON

1º ATUALIZAÇÃO DO PLANO

DE CONTINGENCIA - IRUPI

2025-2026



defesacivil@irupi.es.gov.br



PLANO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL PLANCON

1º ATUALIZAÇÃO

2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI

PAULINO LOURENCO DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI

ABERCILIO MACHADO DE OLIVEIRA

VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE IRUPI

EDNA MARA DUQUE MAFFORT

SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

**JOAO PEDRO SCHUAB
STANGARI SILVA**

Secretaria de Administração e
Planejamento (SEMAP)

**GUILHERME ISAC GOMES
BARBOSA**

Secretaria de Agricultura e Meio
Ambiente (SEAG)

POLIANA LOPES DE FREITAS

Secretaria de Assistência Social,
Habitação e Cidadania (SEMAS)

**DIVALDO FERREIRA DA LUZ
FILHO**

Secretaria de Fazenda (SEFAZ)

LELIA CARVALHO CARDOSO

Secretaria de Cultura e Turismo
(SECULT)

**CELIA APARECIDA DE
ANDRADE**

Secretaria de Educação (SEDU)

**RODOLFO AFONSO DA
COSTA OLIVEIRA**

Secretaria de Esportes
(SESPORT)

DARCI CAMILO GONCALVES

Secretaria de Obras, Serviços
Urbanos e Interior (SEMOS)

HEVILLYN EDUARDA

FURTADO SILVA DE OLIVEIRA

Secretaria de Saúde (SESA)

JACSON VIEIRA DE ANDRADE

Secretaria de Transporte
(SEMUT)

**PERILIO BARBOSA LEITE DA
SILVA**

Procuradoria Geral do Município
(PGM)

**JOYCE CEZAR DE MELO
BOREL**

Controladoria Geral do
Município (CGM)

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (FUNPDEC)

EDNA MARA DUQUE MAFFORT

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E COORDENADORA DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

AURELIANA OLIVEIRA ALMEIDA

RONALDO GOMES LOUBACK

REPRESENTANTES DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

RICARLA RICAS PEREIRA GONÇALVES

SINDICATO PATRONAL - REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

DAIANY RIBEIRO DE SOUZA

SINDICATO RURAL - REPRESENTANTE LEGAL DA SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

IULLY EMILLY ARAUJO SANNGY

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

CARLOS EMANUEL SILVA MIRANDA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÁLVARO LUIZ CRUZ CAZATI

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

MARCOS WILLIANS CAMPOS DE ALMEIDA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

LIANA AMARINS

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA

ISAUDINO ALVES DE SOUZA

REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE
TRABALHADORES RURAIS

WEVEN DA SILVA VIANA DA FONSECA FEITOSA

REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR

SUMÁRIO

1. LEGISLAÇÃO	7
2. INTRODUÇÃO	8
3. OBJETIVO	9
3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO	9
4. METODOLOGIA	9
5. O MUNICÍPIO	11
5.1. CARACTERÍSTICAS FISIOGRAFICAS	12
5.1.1 RELEVO	12
5.1.2. HIDROGRAFIA	12
5.1.3. CLIMA	12
5.1.4. VEGETAÇÃO	13
6. CENÁRIOS DE RISCOS	13
6.1. HISTÓRICO DE PROBLEMAS ANTERIORES	13
7. ESTUDO DE ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS NO MUNICÍPIO PELO SGB-CPRM	16
7.1. SETOR DE RISCO 01	19
7.2. SETOR DE RISCO 02	20
7.3. SETOR DE RISCO 03	21
7.4. SETOR DE RISCO 04	22
7.5. SETOR DE RISCO 05	23
7.6. SETOR DE RISCO 06	25
7.7. SETOR DE RISCO 07	26
7.8. SETOR DE RISCO 08	27
7.9. SETOR DE RISCO 09	28
7.10. SETOR DE RISCO 10	29
7.11. SETOR DE RISCO 11	30
7.12. SETOR DE RISCO 12	31
7.13. SETOR DE RISCO 13	32
7.14. SETOR DE RISCO 14	33
7.15. SETOR DE RISCO 15	34
7.16. SETOR DE RISCO 16	35
7.17. SETOR DE RISCO 17	37
7. 18. SETOR DE RISCO 18	38
7.19. SETOR DE RISCO 19	39
7.20. SETOR DE RISCO 20	41
	5

8. PLANO PREVENTIVO DE DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL	42
9. SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DOS DESASTRES – OPERAÇÃO E CONTROLE OPERAÇÕES	42
9.1. OPERAÇÃO: APLICAÇÃO DO CONCEITO EM SITUAÇÕES ADVERSAS ...	42
10. COORDENAÇÕES DO SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES (SCO)	43
10.1. SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E INTERIOR	44
10.2. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA	45
10.3. SECRETARIA DE SAÚDE	48
10.4. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	49
10.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	51
10.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	52
10.7. GABINETE DO PREFEITO	53
10.8. SETOR DE ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO	53
10.9. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	54
10.11. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	54
10.12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO ...	55
10.13. SECRETARIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS	55
10.14. PROCURADORIA	56
10.15. POLÍCIA MILITAR	57
10.16. CESAN	57
10.17. EDP	57
11. LISTA DE CONTATOS	57

I. LEGISLAÇÃO

LEI Nº1083

A Lei Federal nº 12.340 de 01 de dezembro de 2010 estabelece o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), que tem como objetivo a organização e articulação das ações de proteção e defesa civil no âmbito nacional. A lei prevê ainda a transferência de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres, além da criação do Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Decreto n. 11.219, de 05 de outubro de 2022, que regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

A Lei Municipal Nº 1.083 cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) no âmbito do município de Irupi. A COMDEC tem como objetivo coordenar as ações de proteção e defesa civil no âmbito municipal, bem como promover ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação em situações de desastres.

O Decreto Municipal nº 022/2021 de 10 de janeiro de 2022 substitui membros da Comissão Municipal da Defesa Civil, que é responsável pela gestão e implementação das políticas públicas de proteção e defesa civil no âmbito municipal.

II. INTRODUÇÃO

Por definição, Proteção e Defesa Civil é o conjunto de ações voltadas para a prevenção, preparação, resposta e recuperação, com o objetivo de evitar ou reduzir os riscos de acidentes ou desastres, minimizar seus impactos socioeconômicos e ambientais, e restabelecer a normalidade social, incluindo a geração de conhecimentos sobre tais eventos.

As ações de resposta — que incluem socorro aos afetados, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais — têm como objetivo prestar serviços de emergência e assistência durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, como apresentado na Figura 01. O propósito dessas ações é salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e atender às necessidades básicas de subsistência da população afetada.

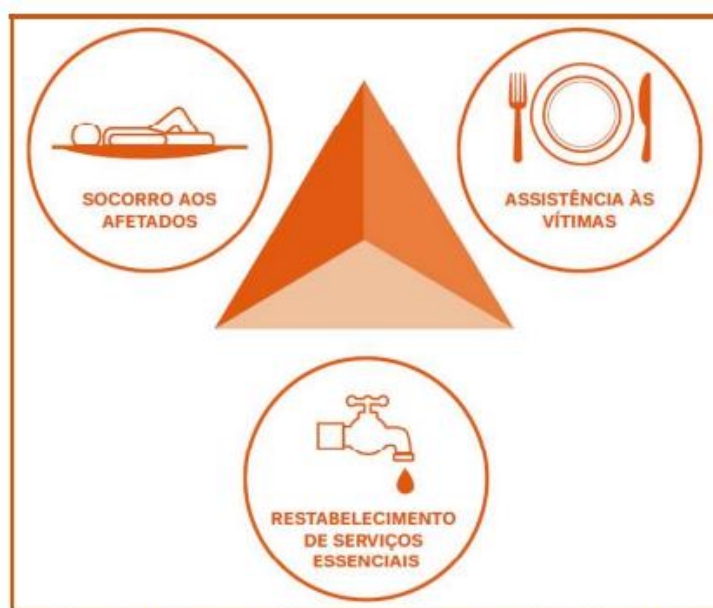


Figura 1: Ações de Resposta. Fonte: SEDEC/MI, 2017.

O contexto atual em Irupi evidencia a necessidade de um plano de contingência para proteção e defesa civil, devido ao histórico de construções em áreas vulneráveis a desastres naturais. O plano foi elaborado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de Irupi. Baseado nas recomendações atuais do Sistema Nacional de Defesa Civil, o plano estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres relacionados a eventos naturais, visando à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Sua aplicação é válida tanto no perímetro urbano quanto rural de Irupi, e sua efetiva implementação depende do uso das instalações e rotas previstas no planejamento.

III. OBJETIVO

Identificação e mapeamento dos principais riscos e ameaças existentes no município de Irupi, considerando fenômenos naturais (como enchentes, deslizamentos de terra e secas), acidentes tecnológicos (como vazamentos químicos e incêndios) e outros eventos emergenciais (como epidemias, pandemias e manifestações civis).

OBJETIVO ESPECÍFICO

- I. Desenvolvimento de procedimentos operacionais padronizados e protocolos de ação para diferentes tipos de emergências, incluindo definição de responsabilidades, recursos necessários, canais de comunicação, e estratégias de evacuação, resgate e assistência às vítimas.
- II. Capacitação e treinamento de equipes multidisciplinares de resposta a emergências, incluindo profissionais da Defesa Civil, bombeiros, policiais, agentes de saúde e assistentes sociais, visando ao fortalecimento das capacidades locais de resposta rápida e eficaz em situações de crise.
- III. Estabelecimento de mecanismos de alerta e comunicação à população, com sistemas de monitoramento e divulgação de informações atualizadas sobre riscos, evacuações, abrigos e assistência médica, de forma clara, acessível e ágil.
- IV. Realização de exercícios periódicos de simulação de emergências, envolvendo diferentes setores da comunidade local, para testar a eficácia do plano de contingência, identificar possíveis falhas e promover a familiarização das equipes de resposta com os procedimentos estabelecidos.
- V. Avaliação e atualização periódica do plano de contingência, considerando mudanças no cenário local, avanços tecnológicos, lições aprendidas em situações anteriores e aprimoramento das capacidades de resposta.

IV. METODOLOGIA

Este plano sistematiza as ações da Defesa Civil em colaboração com outras secretarias municipais e órgãos públicos, focando na prevenção e no socorro em áreas vulneráveis a desastres naturais, como chuvas prolongadas ou súbitas, enxurradas, chuvas de granizo e vendavais. Busca-se utilizar os recursos disponíveis de forma eficiente para reduzir a vulnerabilidade, evitando danos humanos e materiais e garantindo a integridade física e emocional da população, além da preservação do patrimônio público e privado. Ademais, o plano visa estabelecer uma estrutura operacional e medidas de prevenção, alerta e emergência para situações de calamidade, sejam causadas por fenômenos naturais ou ações humanas.

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON) do município de Irupi foi desenvolvido a partir do mapeamento de risco realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), além de visitas técnicas e vistorias realizadas pela equipe da Defesa e Proteção Civil.

Os principais tipos de risco constatados incluem solapamento, assoreamento e deslizamentos planares induzidos. Historicamente, existem registros de deslizamentos em taludes de corte, na Rua Domingos Martins, na E.E.E.F.M.

Bernardo Horta e nos distritos de São José do Saçuí e Santa Cruz do Irupi. Atualmente, 9,7% da população municipal está em situação de alto risco (15,7% da população em área urbana).

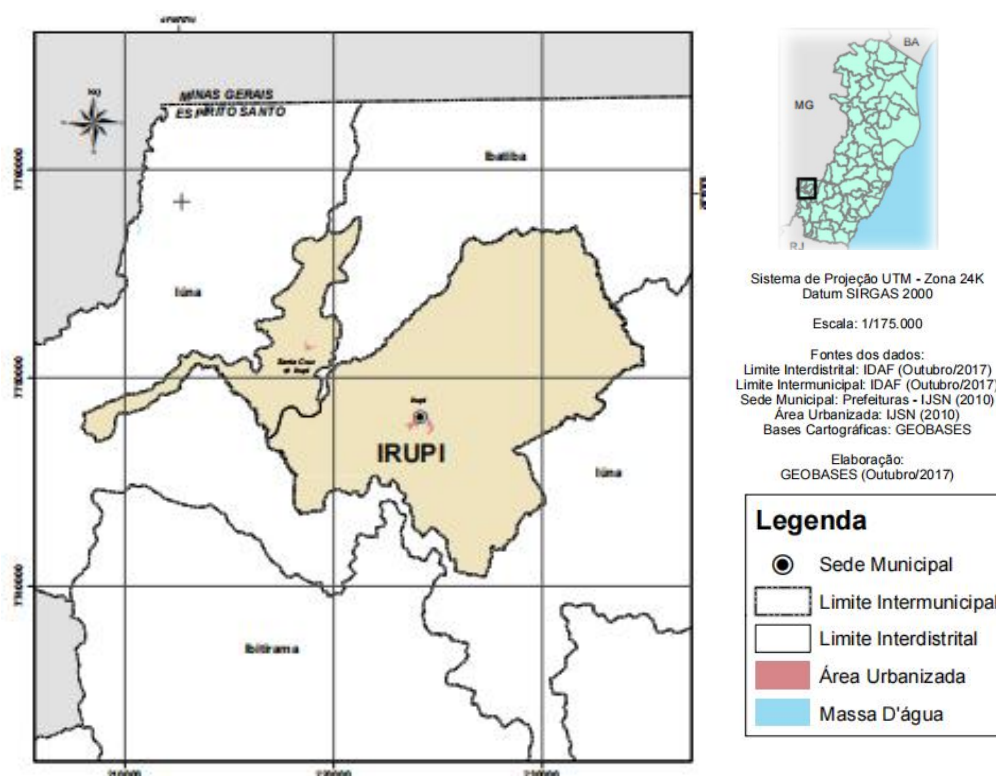
As sugestões apresentadas na prancha do setor de risco que acompanha o relatório incluem a remoção de famílias em situação precária, obras de engenharia precedidas de estudos geotécnicos (ações estruturais) e ações informativas e educativas junto às lideranças locais, como avisos e alertas de emergência em caso de chuvas mais fortes e outros eventos (ações não estruturais).

- **Ações de Recuperação:** Conjunto de ações definitivas realizadas após um desastre, visando restaurar ecossistemas, reestabelecer condições de vida da comunidade, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, recuperar áreas degradadas e evitar novas vulnerabilidades. Inclui a reconstrução de moradias, infraestrutura pública e a recuperação de serviços e atividades econômicas.
- **Risco de Desastre:** Probabilidade de ocorrência de danos sociais, econômicos, materiais ou ambientais resultantes de eventos adversos, sejam naturais ou causados pela ação humana, afetando ecossistemas e populações vulneráveis.
- **Desastre:** Resultado de um evento adverso que causa danos significativos a pessoas, propriedades ou ao meio ambiente, gerando prejuízos econômicos e sociais.
- **Dano:** Perdas humanas, materiais ou ambientais sofridas por pessoas, comunidades e ecossistemas devido a um desastre.
- **Estado de Calamidade Pública (ECP):** Situação provocada por um desastre que compromete substancialmente a capacidade de resposta do poder público, exigindo auxílio de outros entes da Federação.
- **Período de Normalidade:** Tempo em que são realizadas atividades de prevenção, visando à proteção da cidade e fortalecimento das comunidades contra eventos adversos.
- **Período de Anormalidade:** Tempo dedicado a atividades de socorro e assistência à população afetada por um desastre.
- **Plano de Contingência:** Conjunto de procedimentos e ações para prevenir e responder a desastres, incluindo a definição de recursos humanos e materiais necessários para prevenção, preparação, resposta e recuperação.
- **Prejuízo:** Medida da perda em termos econômicos, sociais e patrimoniais em decorrência de um desastre.
- **Recursos:** Bens materiais, humanos, institucionais e financeiros disponíveis para restabelecer a normalidade após um desastre.
- **Situação de Emergência (SE):** Situação anormal causada por um desastre que compromete parcialmente a capacidade de resposta do poder público, necessitando de recursos adicionais de outros entes da Federação.
- **Desabrigado:** Pessoa que abandonou sua habitação temporária ou definitivamente devido a um desastre, necessitando de abrigo fornecido pelo SINPDEC ou pelo responsável pela ocorrência.
- **Desalojado:** Pessoa que deixou sua habitação temporária ou definitivamente em razão de um desastre, mas que não necessariamente precisa de abrigo.

V. O MUNICÍPIO

Irupi está localizado a uma latitude de 20° 20' 41" Sul e longitude de 41° 38' 27" Oeste de Greenwich, na região do Caparaó, no estado do Espírito Santo, a 199 km de sua capital, Vitória. O município abrange uma área de 184,43 km² e limita-se com os municípios de Ibatiba e Iúna (Figura 2). Além disso, está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim.

Figura 2: Mapa do Município



Fonte: Incaper

De acordo com informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Irupi, o município conta com dois distritos. O Distrito de Santa Cruz de Irupi tem sua divisa interdistrital iniciando na divisa com o município de Ibatiba-ES, na cabeceira do Ribeirão São José de Irupi. A divisa segue pelo divisor de águas da margem esquerda do Ribeirão Santa Cruz, avançando até o divisor de águas da margem esquerda do primeiro afluente ao sul da ponte sobre o Rio Santa Clara, e continua até a foz do afluente mencionado, próximo à capela de São Sebastião, na divisa com o município de Iúna-ES. Este distrito abrange uma área de 33,00 km² e inclui as comunidades de Santa Clara de Cima, Dona Palmira, Santa Cruz, Vista Alegre II e Palmital.

O distrito sede, por sua vez, possui uma área de 151,43 km² e é composto pelas seguintes comunidades: Santa Clara do Meio, Ferreira, Córrego da Trança, Aventureiro, Cabeceira de São José, São José, Córrego Fundo, Bom Destino, São José do Saçuí, Burro Frouxo, Santa Isabel, Roncador, Taquara Preta, Boa Esperança II, Vargem Alegre, Barra Grande, Bom Recreio, Córrego Tia Velha, Rio Pardinho, Recreio, Figueira, Pedreira, Barra de Santa Rosa, Santa Rosa, Alto Santa Rosa, Córrego Fundo, Nelson Pedigo, Sabiá, Alto Trindade, Recreio II e Barro Branco.

Ambos os distritos apresentam características produtivas homogêneas, com destaque para a cultura do café arábica, que se desenvolve em solo e vegetação similares.

- **BAIRROS:** Centro, Bom Pastor, Carolino Barbosa, Jequitibá, João Butica, João Tomaz, Laurentino Antônio de Faria (Reta) e Wilson Fernandes Pereira.

CARACTERÍSTICAS FISIOGRAFICAS

• RELEVO

É fortemente ondulado, apresentando algumas montanhas características das escarpas do Planalto brasileiro, onde, destaca-se parte da Serra do Caparaó cuja altitude chega a 2000 m.

• HIDROGRAFIA

A bacia que compõe a hidrografia do município é a do Rio Itapemirim, com área aproximada de 185 km². Seus principais componentes são os Rios Pardo, Pardinho e Santa Clara.

• CLIMA

Com relação às zonas naturais, uma parte do município (43,1%) está na Zona 1 – terras frias, acidentadas e chuvosas, enquanto a outra (56,9%) na Zona 3 – terras de temperaturas amenas, acidentadas e transição chuvosa/seca (Figuras 3).

Figura 3:



Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT,1999) processada em GIS(FEITOZA, H N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

De acordo com a última atualização da Classificação Climática de Köppen e Geiger (1928), a cidade de Irupi está classificada com o clima do tipo "Cwb", ou seja, clima temperado quente, com estação seca no inverno.

A temperatura média do mês mais quente é inferior a 22 °C e a do mês mais frio é inferior a 18 °C. A precipitação média do mês mais seco é inferior a 60 mm.

• VEGETAÇÃO

A vegetação do município é composta por Floresta Ombrófila, com vegetação secundária sem palmeiras e pastagem.

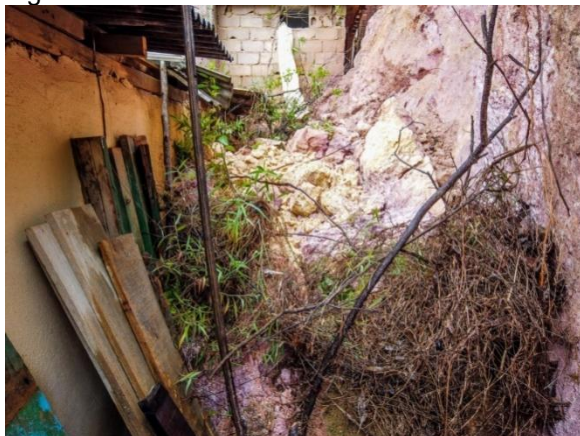
O município possui 13,4% de sua área com remanescentes florestais da mata atlântica, o equivalente a 6.170 ha (IEMA, 2018). Aproximadamente 7.709 ha do Parque Nacional do Caparaó encontra-se no município.

VI. CENÁRIOS DE RISCOS

HISTÓRICO DE PROBLEMAS ANTERIORES

Em janeiro de 2020, registramos problemas graves devido às chuvas no município. As ruas Domingos Martins e João da Camila, áreas com casas próximas a encostas, foram atingidas por deslizamentos de terra, causando prejuízos aos moradores (Figuras 4 a 7).

Figura 4:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Irupi é afetada pelas Chuvas de Janeiro. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 5:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Irupi é afetada pelas Chuvas de Janeiro. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 6:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Irupi é afetada pelas Chuvas de Janeiro. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 7:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Irupi é afetada pelas Chuvas de Janeiro. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

O distrito de Santa Cruz foi severamente afetado pelas chuvas intensas de janeiro de 2020, especialmente na Av. Alcendino Augusto de Oliveira, onde ocorreram alagamentos que atingiram várias casas (Figuras 8 a 11).

Figura 8:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz.
Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 9:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz.
Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Devido à intensidade das chuvas, algumas vias públicas apresentaram acúmulo rápido de água, evidenciando a insuficiência do sistema de drenagem pluvial. Como consequência, houve alagamentos que atingiram residências, ocasionando danos materiais e transtornos aos moradores.

Figura 10:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz.
Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 11:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz.
Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

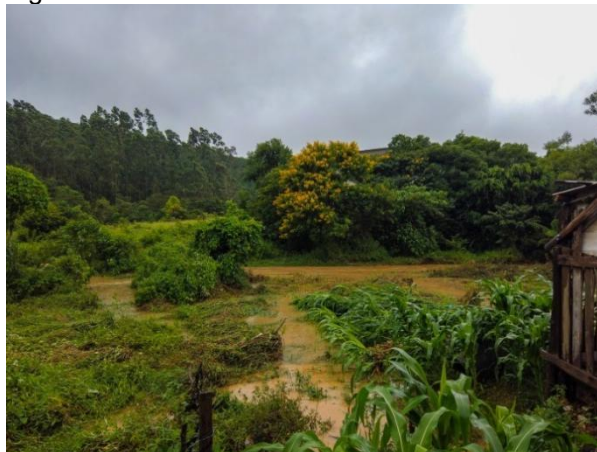
As chuvas intensas causaram danos significativos em diversas áreas do município, resultando em alagamentos, destruição de pontes, comprometimento de trechos viários e interrupção do tráfego em estradas vicinais. As zonas rurais foram severamente impactadas, com isolamento de comunidades, prejuízos à produção agrícola e dificuldades no acesso a serviços essenciais. A extensão dos danos evidencia a necessidade de intervenções urgentes em infraestrutura e de medidas preventivas para mitigar os efeitos de eventos climáticos extremos (Figuras 12 e 13).

Figura 12:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Figura 13:



Fonte: **IRUPI. Prefeitura Municipal.** Estragos causados pelas Chuvas em Santa Cruz. Disponível em: <http://www.irupi.es.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.

Em dezembro de 2022, diversas áreas da cidade enfrentaram alagamentos devido a fortes chuvas. Entre os problemas identificados, destacam-se as pontes destruídas pela força das águas nas localidades de Córrego Fundo, Córrego Barra de Santa Rosa e Santa Cruz, além das quedas de barreiras.

O abastecimento de água também foi comprometido. A estação de captação de água da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) sofreu um grande acúmulo de areia, o que obstruiu a captação. As equipes estão trabalhando para resolver a situação, mas a população foi orientada a economizar água durante este período.

Figura 14:



Fonte: imagens e vídeos compartilhados por residentes da região afetada.

Figura 15:



Fonte: imagens e vídeos compartilhados por residentes da região afetada.

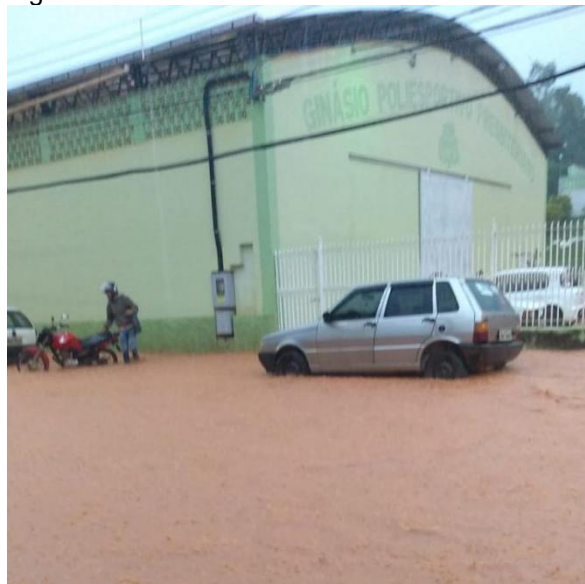
As Figuras 14 a 17 ilustram a situação que afetou a sede do município, que, em um curto intervalo de horas, sofreu danos significativos devido à enxurrada.

Figura 16:



Fonte: imagens e vídeos compartilhados por residentes da região afetada.

Figura 17:



Fonte: imagens e vídeos compartilhados por residentes da região afetada.

VII. ESTUDO DE ÁREAS DE RISCO IDENTIFICADAS NO MUNICÍPIO PELO SGB-CPRM

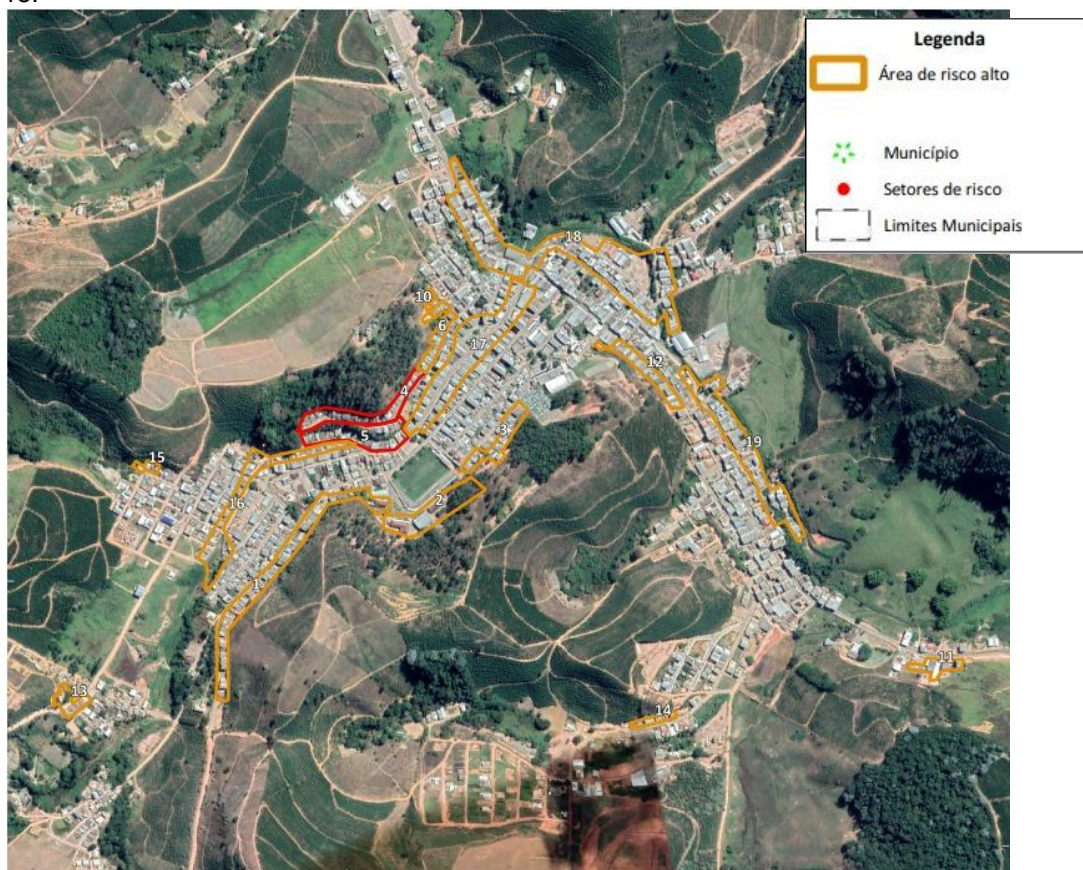
O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), por meio do Departamento de Gestão Territorial (DEGET) e da Divisão de Geologia Aplicada (DIGEAP), desempenha um papel fundamental na condução de estudos, projetos e programas cujo foco principal é produzir instrumentos técnicos que auxiliem os gestores públicos na formulação, aprimoramento e execução de políticas direcionadas à mitigação dos danos causados por eventos adversos de natureza geológica, como deslizamentos, quedas de blocos de rocha, erosões e inundações. A identificação e o mapeamento das áreas de risco em um município são essenciais para a prevenção de desastres naturais e a segurança da população.

No caso de Irupi - ES, a atualização do mapeamento de áreas de risco geológico no município foi realizada em diversas localidades, incluindo a sede do município e os distritos de São José do Saçuí e Santa Cruz. Durante os levantamentos de campo, foram identificados setores de risco ALTO e MUITO ALTO, com **18 áreas de risco ALTO e 2 áreas de risco MUITO ALTO**, associadas a processos de movimentos de massa e inundações. Em comparação ao mapeamento anterior, realizado em 2015, os resultados atuais apontam um aumento no número de áreas de risco geológico, reflexo de modificações na metodologia utilizada.

- **Principais Tipologias:** Deslizamento planar, Inundação, Queda de bloco.

Na figura 18, é possível visualizar as áreas de risco ALTO e MUITO ALTO, identificadas na sede do município.

Figura 18:



Fonte: CPRM, Departamento de Gestão Territorial Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

Na figura 20, observa-se o distrito de São José, que contém uma área extensa classificada como de risco alto. Da mesma forma, a figura 19 destaca o distrito de Santa Cruz, que também apresenta áreas de risco alto.

Figura 19:



Fonte: CPRM, Departamento de Gestão Territorial Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

Figura 20:



Fonte: CPRM, Departamento de Gestão Territorial Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

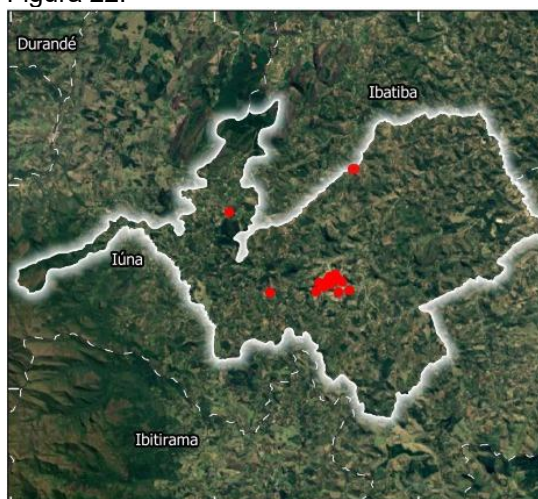
Na Figura 21, observa-se outro ponto do município localizado na zona rural do município no Aventureiro. Já a Figura 22, é apresentado o mapa completo do município, proporcionando uma visão abrangente da área. Esse mapa não apenas oferece uma visão geral da distribuição territorial, mas também indica, de forma detalhada, os setores de risco do município, permitindo uma análise precisa dos locais que requerem maior atenção por parte das autoridades. Dessa forma, o mapa serve como uma ferramenta essencial para a gestão territorial e a implementação de ações preventivas, contribuindo diretamente para a segurança da população e a mitigação dos impactos causados por eventos naturais adversos.

Figura 21:



Fonte: CPRM, Departamento de Gestão Territorial Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

Figura 22:



Fonte: CPRM, Departamento de Gestão Territorial Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

SETOR DE RISCO 01

Figura 23:



Fonte: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 40
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 160
- Grau de Risco: Alto

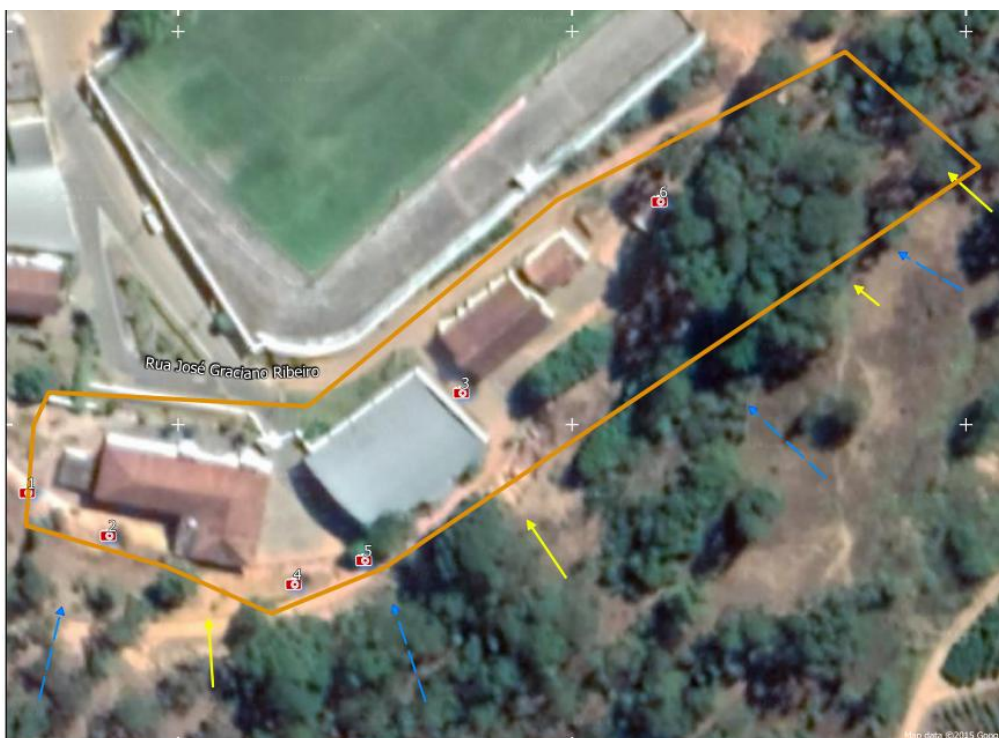
DESCRIÇÃO: Trata-se de área ocupada por edificações residenciais, comerciais e de serviços, ao longo da base de uma encosta. A encosta em questão possui amplitude média de 50 metros, com inclinações que em alguns pontos superam os 30° graus. A encosta possui forma retilínea, com alguns trechos escavados pelas linhas de drenagem. Cortes verticalizados, expondo solos coluvionares e residuais, este último rico em material siltoso, somados a proximidade das edificações, caracterizam a área delimitada como sendo de alto risco para a ocorrência de deslizamentos planares. Diversas feições erosivas em forma de sulcos podem ser observadas nos cortes, principalmente, onde há exposição do solo residual rico em silte. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de

blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 02

Figura 24:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

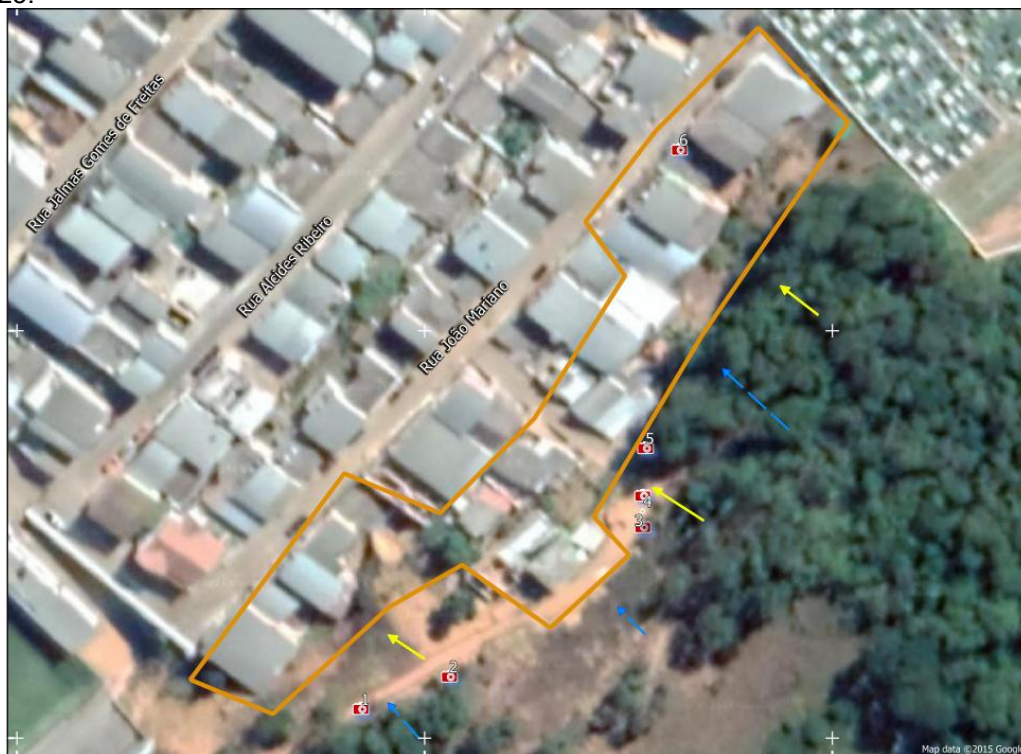
- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 4
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 40
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se da ocupação da base de uma encosta côncava que chega a ter 30 metros de altura. A inclinação da encosta é relativamente baixa, entretanto, os cortes verticalizados observados ao fundo da escola, com exposição de perfil de solo composto por saprólito bastante siltoso com uma capa de solo coluvionar de 1 a 2 metros de espessura, pode favorecer à ocorrência de deslizamentos no local. Também foi observado no lado direito do polígono (apesar de ainda não aparecer nesta imagem - futuro CRAS) a terraplanagem para construção de novas edificações. Essa terraplanagem deixou cortes verticalizados de alta amplitude, em torno de 25 metros, com inclinações de 45° graus, expondo solo saprolítico rico em silte que já apresentam feições erosivas lineares. É difícil estimar o número de pessoas em risco no local por se tratar de edificações onde o tempo de permanência e de exposição das pessoas ao risco é variável.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 03

Figura 25:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 17
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 68
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de área ocupada por edificações residenciais ao longo da base de uma encosta localizada à rua João Mariano. A encosta em questão possui amplitudes média de 35 metros, com inclinações que em alguns pontos superam os 30° graus. A encosta possui forma predominantemente retilínea no trecho analisado, além de vegetação densa em algumas áreas. Cortes verticalizados ao longo de toda a encosta, expondo solos coluvionares e residuais, este último rico em material

siltoso, somados a proximidade das casas, caracterizam a área delimitada como sendo de alto risco para à ocorrência de deslizamentos planares. Diversas feições erosivas em forma de sulcos podem ser observadas nos cortes, principalmente, onde há exposição do solo residual rico em silte. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 04

Figura 26:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 35
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 140
- Grau de Risco: Muito Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se da ocupação de área na base de encosta com trechos côncavos e convexos que possui altura de 25 metros e inclinações superiores a 30° graus. O local apresenta cortes verticalizados, expondo material sedimentar areno-siltico-argiloso, relacionado ao horizonte saprolítico do solo. Nos fundos das moradias observam-se cicatrizes de deslizamentos e outras feições erosivas na encosta. Devido às condições geológico-geotécnicas observadas, somadas a alta vulnerabilidade das edificações, a área foi considerada de muito alto risco para à ocorrência de novos deslizamentos. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 05

Figura 27:



Fonte: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET.

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar, Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 30
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 120
- Grau de Risco: Muito Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupação próxima de um talude entre as ruas João da Camila e Domingos Martins. O talude possui aproximadamente 15 metros de altura e 45° graus de inclinação. Apresenta diversas feições erosivas e cicatrizes de deslizamentos. Também foram observadas trincas no solo no lado esquerdo do talude. Devido às condições geológico-geotécnicas observadas, somada a alta vulnerabilidade das moradias, a área foi considerada de muito alto risco à ocorrência de deslizamentos. Cabe ressaltar que as moradias também estão sujeitas a processos de inundação. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 06

Figura 28:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 15
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 60
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de área com ocupações na base de um talude, contíguo ao setor 4, que possui alturas dos cortes em torno de 7 metros com inclinações superiores a 30° graus. Os cortes verticalizados expõem material sedimentar areno-siltico-argiloso, relacionado ao horizonte saprolítico do solo. Ao lado direito do setor, apesar de não possuir encostas de alta amplitudes e declividades, observa-se que algumas moradias, localizada na rua de cima estão muito próximas a borda da pequena encosta, que em caso de instabilidade local podem cair sobre as casas localizadas à rua Domingos Martins. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de

veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 07

Figura 29:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 18
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 72
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de área ocupada próximo a base de uma encosta que possui, aproximadamente, 45 metros de altura e inclinações superiores a 25° graus. Nos fundos de algumas moradias observam-se cortes verticalizados com 10 metros de altura e inclinações próximas a 60° graus, com exposição de material sedimentar de textura argilo-arenosa pertencente ao horizonte saprolítico do solo. Também pode ser observado diversas cicatrizes de pequenos deslizamentos. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com

a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 08

Figura 30:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar, Quedas de blocos
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 25
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 100
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de área ocupada próxima a base de encosta de 80 metros de altura e inclinações superiores a 25° graus. A encosta em questão não possui vegetação e o material sedimentar possui textura areno-argilosa. No lado direito da área demarcada é possível observar um afloramento rochoso com um depósito de tálus na base. No centro do polígono observa-se uma linha de drenagem na parte côncava da encosta; e no canto esquerdo do polígono observam-se cortes verticalizados com exposição de material saprolítico. Todas condições predisponentes observadas favorecem à ocorrência de movimentos de massa no local. Há dentro da área demarcada uma igreja e uma escola. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 09

Figura 31:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 12
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 48
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Área sujeita à inundação. Em períodos de alta pluviosidade as águas do ribeirão São José transbordam provocando inundações e invadindo as casas dos moradores localizadas às margens do rio. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 10

Figura 32:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 5
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 20
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de moradias construídas próximas a encosta. A encosta em questão possui aproximadamente 20 metros de altura e inclinações em torno de 30° graus, além de possuir material sedimentar areno-argiloso. Cortes verticalizados na base e ausência de vegetação também são observados no local. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 11

Figura 33:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 05
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 20
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupações construídas próximas a um talude que possui cortes com alturas entre 17 e 25 metros e inclinações que chegam a 45° graus. Os cortes apresentam material sedimentar siltico-argiloso e exposição de níveis saprolíticos. Observam-se feições erosivas lineares e diversos pequenos deslizamentos ao longo da encosta. Por se tratar de edificações comerciais,

residenciais e de serviços, é difícil estimar o número de pessoas em risco, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 12

Figura 34:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 17
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 68
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupações construídas próximas a um talude que possui cortes com alturas entre 17 e 25 metros e inclinações que chegam a 45° graus. Os cortes apresentam material sedimentar siltico-argiloso e exposição de níveis saprolíticos. Observam-se feições erosivas lineares e diversos pequenos

deslizamentos ao longo da encosta. Por se tratar de edificações comerciais, residenciais e de serviços, é difícil estimar o número de pessoas em risco, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 13

Figura 35:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 10
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 40
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: A união de encostas com declividades médias a altas e técnicas construtivas inadequadas criaram este setor de risco alto a deslizamentos planares de solo. Os imóveis estão "encaixados" em taludes de corte subverticais que não têm proteção ou são supostamente suportados pela própria residência. Foi possível observar a construção de uma casa em um corte vertical na encosta e sobre um aterro lançado sem compactação, o que pode trazer sérios riscos de deslizamentos e colapso da construção. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 14

Figura 36:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 5
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 20
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupações construídas próximas a um talude que possui cortes com altura aproximada de 18 metros e inclinações em torno de 33° graus. Os cortes apresentam material sedimentar siltico-argiloso e exposição de níveis saprolíticos. Observam-se feições erosivas lineares e diversos pequenos deslizamentos ao longo da encosta. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

SETOR DE RISCO 15

Figura 37:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento planar
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 4
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 16
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupações construídas próximas a um talude que possui cortes com altura aproximada de 6 metros e inclinações em torno de 60° graus. Os cortes apresentam material sedimentar siltico-argiloso e exposição de níveis saprolíticos. Observam-se feições erosivas lineares e diversos pequenos deslizamentos ao longo da encosta.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 16

Figura 38:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 35
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 140
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Em períodos de alta pluviosidade a área delimitada sofre com problemas relacionados ao aumento do nível da água. A área em questão encontra-se localizada sobre um córrego que foi canalizado por meio de manilhas. Em períodos de alta pluviosidade as águas do córrego, a montante do trecho canalizado, descem com força, intensidade e repleta de material sedimentar, além de galhos de árvores e lixos, podendo causar a obstrução das manilhas e fazer com que as águas do córrego escoam sobre parte das ruas Laurentina Miranda Leal e João da Camila. Segundo informações de moradores locais e da defesa civil municipal, o último evento de inundação na área do setor ocorreu no ano de 2020. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 17

Figura 39:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 55
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 220
- Grau de Risco: Alto

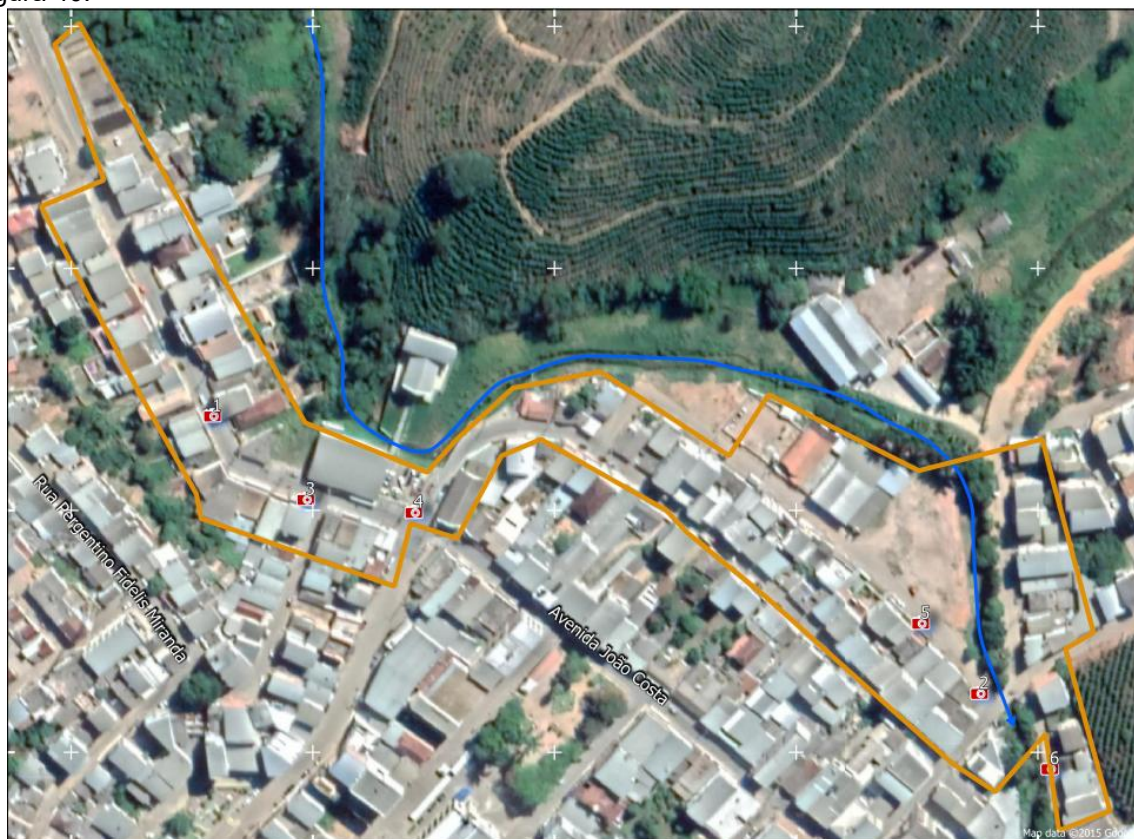
DESCRIÇÃO: Em períodos de alta pluviosidade a área delimitada sofre com problemas relacionados ao aumento do nível da água. A área em questão encontra-se localizada sobre um córrego que foi canalizado por meio de manilhas. Em períodos de alta pluviosidade as águas do córrego, a montante do trecho canalizado, descem com força, intensidade e repleta de material sedimentar, além de galhos de árvores e lixos, podendo causar a obstrução das manilhas e fazer com que as águas do córrego escoem sobre parte da rua Laurentina Miranda Leal. Segundo informações de moradores locais e da defesa civil municipal, o último grande evento de inundação na área do setor ocorreu no ano de 2020. Dentre as edificações estão: Câmara Municipal, prédios residências e lojas comerciais e de serviços. Por se tratar de edificações comerciais, residenciais e de serviços, é difícil estimar o número de pessoas em risco, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de

remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 18

Figura 40:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 100
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 400
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: A área delimitada nesse setor corresponde às edificações localizadas as margens da Avenida Prefeito Welfane Machado, e da rua Vereador João Purcino de Almeida. Em períodos de alta pluviosidade as águas do córrego adjacente às ruas citadas extravasam inundando a área delimitada. Observa-se que

o córrego recebe contribuição de um volume considerável de água do ribeirão aterrado sob a Avenida Laurentina Miranda Leal. Segundo informações de moradores locais e da defesa civil municipal, o último grande evento de inundação na área do setor ocorreu no ano de 2020. Dentre as edificações também estão: Prédios residenciais e lojas comerciais e de serviços. Por se tratar de edificações comerciais, residenciais e de serviços, é difícil estimar o número de pessoas em risco, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 19

Figura 41:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Inundação
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 40
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 160
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: A área delimitada nesse setor corresponde às edificações localizadas as margens da rua Horádia Garcia, e da rua Guilherme Tomaz. Em períodos de alta pluviosidade as águas do córrego adjacente às ruas citadas extravasam inundando a área delimitada. Segundo informações de moradores locais e da Defesa Civil Municipal, o último grande evento de inundação na área do setor ocorreu no ano de 2020. O número de edificações e pessoas em risco dentro do polígono delimitado é estimado, podendo a Defesa Civil Municipal realizar o levantamento do número exato posteriormente.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Executar manutenção das drenagens pluviais e dos canais de córregos, a fim de evitar que o acúmulo de resíduos impeça o perfeito escoamento das águas durante a estação chuvosa; Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção; Agir de modo preventivo nos períodos de seca, aproveitando a baixa no número de ocorrências para percorrer e vistoriar todas as áreas de risco conhecidas e adotar as medidas preventivas cabíveis.

SETOR DE RISCO 20

Figura 42:



FONTE: I – CPRM, Departamento de Gestão Territorial - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Serviço Geológico do Brasil DEGET

- Tipologia dos Processos: Deslizamento
- Quantidade aproximada de imóveis em risco: 2
- Quantidade aproximada de pessoas em risco: 8
- Grau de Risco: Alto

DESCRIÇÃO: Trata-se de ocupações construídas próximas a um talude que possui cortes com altura aproximada de 8 metros e inclinações em torno de 50° graus. Os cortes apresentam material sedimentar siltico-argiloso e exposição de níveis saprolíticos. Observam-se feições erosivas lineares e diversos pequenos deslizamentos ao longo da encosta.

SUGESTÃO DE PREVENÇÃO: Avaliar a possibilidade de remover e de realocar temporariamente em locais seguros os moradores que se encontram nas áreas de risco durante o período de chuvas; Desenvolver estudos de adequação do sistema de drenagem pluvial e de esgoto, a fim de evitar que o fluxo seja direcionado sobre a face dos taludes ou encostas; Desenvolver estudos geotécnicos e hidrológicos com a finalidade de embasar os projetos e/ou obras de contenção de encostas ou de blocos rochosos; Instalar sistema de alerta para as áreas de risco, por meio de veiculação pública (mídia, sirenes, celulares), permitindo a remoção eficaz dos moradores em caso de alertas de chuvas intensas ou contínuas; Realizar programas de educação ambiental voltados para as crianças em idade escolar e para os adultos em seus centros comunitários, ensinando-os a evitar a ocupação de áreas impróprias para construção.

VIII. PLANO PREVENTIVO DE DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL

I. Monitoramento e Alerta:

Implementação de sistemas de monitoramento contínuo para identificar antecipadamente ameaças potenciais, como enchentes e outros desastres. Esses sistemas devem ser complementados por mecanismos de alerta eficazes, capazes de informar rapidamente a população sobre ameaças iminentes e as ações necessárias a serem tomadas.

II. Planejamento e Ordenamento Territorial:

Elaboração de planos de uso e ocupação do solo que considerem os riscos de desastres, evitando a ocupação inadequada de áreas de alta vulnerabilidade. Também é essencial definir áreas de proteção ambiental, rotas de evacuação e zonas de escape.

III. Sensibilização e Educação Pública:

Promoção de ações de conscientização e educação pública sobre a importância da prevenção e da proteção civil. A população deve ser informada sobre como se preparar para emergências, incluindo a criação de kits de emergência, identificação de rotas de fuga e conhecimento dos procedimentos de evacuação.

IV. Capacitação e Treinamento:

Capacitação contínua dos profissionais de defesa e proteção civil, além de outros agentes envolvidos na gestão de emergências, por meio de treinamentos regulares, exercícios simulados e atualizações de conhecimentos técnicos. O objetivo é garantir uma resposta rápida e eficaz em caso de desastres.

V. Avaliação e Atualização:

Realização de avaliações periódicas do plano preventivo, identificando possíveis falhas e áreas para melhorias. O plano deve ser atualizado com base em mudanças no contexto local, nas lições aprendidas em eventos anteriores e nas melhores práticas de gestão de emergências.

IX. SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DOS DESASTRES – OPERAÇÃO E CONTROLE OPERAÇÕES

OPERAÇÃO: APLICAÇÃO DO CONCEITO EM SITUAÇÕES ADVERSAS

A resposta a ocorrências de enxurradas e deslizamentos no município de Irupi será desenvolvida em três fases principais: **pré-desastre**, **desastre propriamente dito** e **desmobilização**.

- **Fase de Pré-Desastre**

Durante o pré-desastre, o monitoramento será contínuo, com base em boletins meteorológicos e na observação dos níveis dos rios, que serão acompanhados pelos responsáveis designados. Caso seja identificado um aumento de risco, esses responsáveis emitirão alertas para o Coordenador da Defesa Civil, que avaliará a necessidade de ação.

Assim que uma situação de **alerta** for confirmada, a notificação será enviada ao Coordenador da Defesa Civil, que decidirá entre emitir um **alerta**, um **alarme** ou acionar o **Plano de Contingência**. A comunicação poderá ser feita via telefone celular ou pessoalmente.

Quando necessário, o Coordenador de Defesa Civil determinará o envio de alertas e alarmes, utilizando carros de som, rádios locais e outros meios de comunicação, tanto para as equipes de resposta quanto para informar as comunidades afetadas.

O **Plano de Contingência** poderá ser ativado pelo Coordenador da Defesa Civil ou pelo Prefeito Municipal. A convocação dos órgãos de resposta será realizada via telefonia, rádios locais ou outros meios disponíveis, visando a ação imediata nas áreas impactadas.

- **Fase de Desastre**

Durante o desastre, a coordenação das operações será conduzida pela Coordenação Municipal de Defesa Civil, a partir do posto de comando na sua sede. A mobilização de recursos adicionais ocorrerá logo após o impacto, sob responsabilidade da Secretaria de Finanças, por meio de decreto municipal.

Caso haja necessidade de recursos adicionais, a solicitação será feita pelo Prefeito Municipal, junto a outros municípios ou às esferas estadual e federal, através de ligações telefônicas e documentos formais.

- **Estrutura de Resposta**

A estrutura de operações será organizada conforme a **matriz de funções de suporte a desastres**, estabelecendo ações coordenadas para atender as necessidades da população de maneira integrada.

Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de emergência serão geridos pelo gabinete do Prefeito Municipal, com apoio do COMPDEC (Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil).

X. COORDENAÇÕES DO SISTEMA DE COMANDO EM OPERAÇÕES (SCO)

O Sistema de Comando em Operações (SCO) é uma estrutura padronizada utilizada para organizar e gerenciar a resposta a incidentes de emergência, garantindo uma atuação eficiente e coordenada entre todas as equipes envolvidas. Ele permite a integração de diferentes agências e recursos, otimizando o uso de pessoal e materiais em situações de desastre.

A coordenação geral do SCO ficará sob responsabilidade do **COORDENADOR MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**. Em situações excepcionais de ausência deste, a coordenação será delegada a uma autoridade devidamente capacitada para exercer essa função.

Assim que a situação crítica é identificada, as primeiras equipes a chegar realizam uma avaliação preliminar e executam ações iniciais, de acordo com os procedimentos operacionais padronizados. Essas ações visam controlar os riscos imediatos, garantir a segurança e coletar mais informações sobre o ocorrido.

O membro de maior autoridade da equipe inicial comunica-se por rádio ou telefone com as demais equipes e com o seu superior imediato — geralmente na central de operações ou de emergência — para informar que está instalando o Sistema de Comando em Operações (SCO) e assumindo o comando.

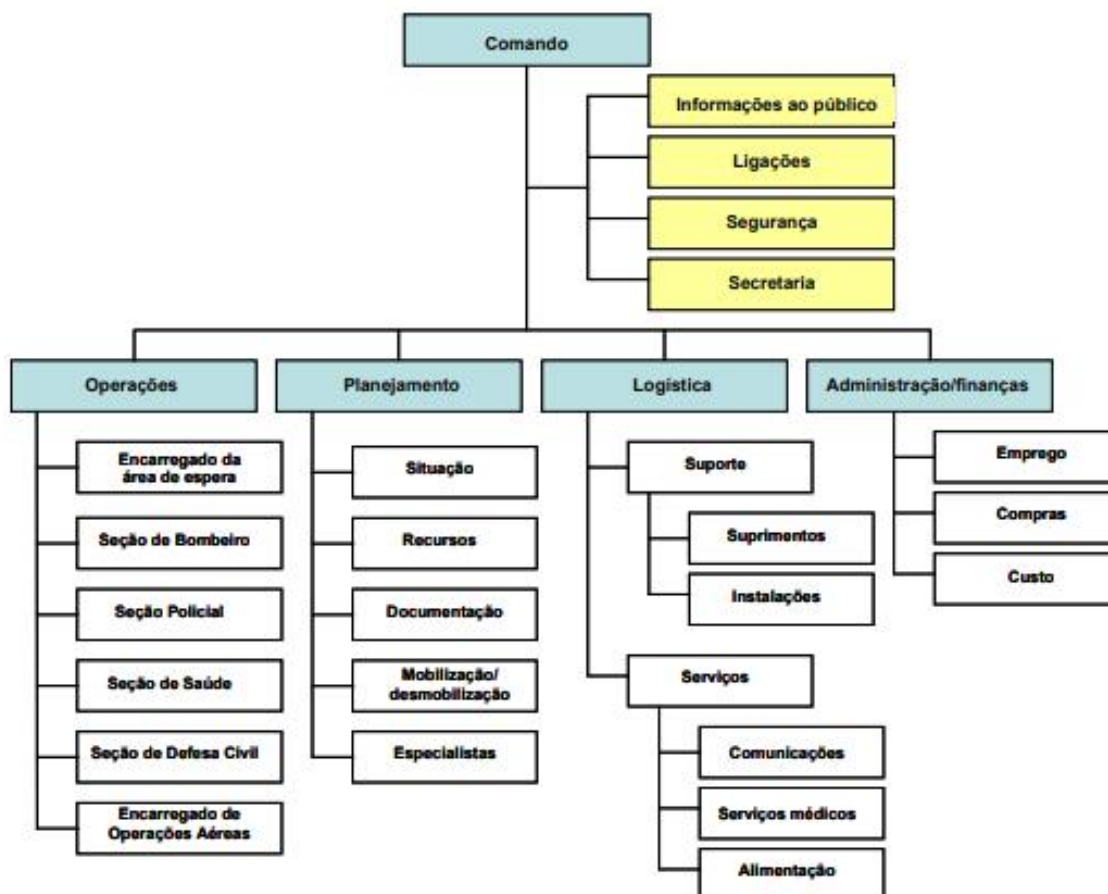
Embora não exista uma sequência linear obrigatória aplicável a todas as situações, recomenda-se que as operações sejam organizadas em três etapas

principais: **resposta imediata, elaboração do plano de ação, e desmobilização e retorno à normalidade.** Essa divisão facilita a coordenação e adaptação às necessidades específicas de cada caso.

ACIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS:

Após a identificação de uma situação de anormalidade, os órgãos competentes serão imediatamente acionados. Cada órgão deverá adotar medidas de resposta conforme sua função específica no suporte a desastres, estabelecendo ações coordenadas e eficientes para cada setor envolvido.

Figura 43: Estrutura Organizacional Padrão do SCO:



Fonte: OLIVEIRA, Marcos. *Sistema de comando em operações*. Secretaria Nacional de Defesa Civil, [s.d.], p. 35.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E INTERIOR

Avaliação de Danos e Riscos: Realizar avaliações rápidas e precisas dos danos causados pela calamidade pública, incluindo a avaliação estrutural de edificações, infraestrutura e vias. Identificar áreas de alto risco e as necessidades urgentes de intervenção.

Recuperação de Infraestruturas: Priorizar a recuperação e reconstrução de infraestruturas críticas, como estradas, pontes, sistemas de abastecimento de água e energia, visando restabelecer os serviços essenciais para a população e retornar à normalidade o mais rápido possível.

Reparo de Edificações Públicas: Avaliar e reparar prédios públicos danificados, como escolas, hospitais, postos de saúde e edifícios administrativos, garantindo que sejam seguros e operacionais para atender às necessidades da população em situações de emergência.

Gestão de Resíduos Sólidos: Implementar planos para o gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados durante a calamidade, como entulhos, resíduos orgânicos e perigosos. Assegurar a coleta, transporte, armazenamento e disposição adequada, em conformidade com as regulamentações locais.

Restauração de Vias e Acessos: Priorizar a restauração de vias de acesso, estradas e pontes afetadas pela calamidade, garantindo a mobilidade da população, o acesso a áreas impactadas e o escoamento de ajuda humanitária e suprimentos.

Medidas de Prevenção e Mitigação: Identificar e implementar medidas de prevenção e mitigação de riscos em áreas afetadas, como a construção de barreiras de contenção, desobstrução de rios e canais, e instalação de sistemas de drenagem, entre outras, para minimizar a ocorrência de novos danos.

Monitoramento e Atualização: Realizar monitoramento contínuo da situação, avaliando a evolução dos danos, as necessidades emergenciais e o progresso das ações de recuperação. Atualizar o plano de obras conforme as mudanças na situação e nas necessidades da população.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA

A Secretaria de Assistência Social desempenha um papel fundamental no apoio à Defesa Civil, tanto nas atividades cotidianas quanto em situações de emergência. Sua atuação é essencial para garantir a proteção e o bem-estar da população em momentos de crise.

Integração de Serviços e Recursos

No dia a dia, a Secretaria trabalha em colaboração com a Defesa Civil para integrar serviços e recursos que atendem às necessidades da comunidade. Isso inclui a identificação de grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda, garantindo que recebam apoio adequado e contínuo.

Capacitação e Conscientização

A Secretaria promove campanhas de conscientização e capacitação sobre os riscos de desastres e as medidas de prevenção e proteção. Essa educação é vital para preparar os cidadãos e ajudá-los a agir de maneira adequada em situações de emergência.

Atendimento Psicossocial

Em situações de emergência, a Secretaria fornece suporte psicossocial às vítimas, oferecendo orientação, acolhimento e encaminhamento para serviços especializados. O atendimento é crucial para ajudar as pessoas a lidarem com o trauma e o estresse resultantes de desastres.

Mobilização de Recursos

A Secretaria mobiliza recursos e doações durante crises, organizando campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, roupas e outros itens essenciais para as pessoas afetadas, garantindo que as necessidades básicas da população sejam atendidas rapidamente.

Articulação com Outras Entidades

A Secretaria atua como um elo entre a Defesa Civil e outras instituições, como ONGs e serviços de saúde, coordenando esforços de assistência e recuperação. Essa articulação é fundamental para a eficácia das ações de resposta a emergências.

Monitoramento e Avaliação

Durante situações de emergência, a Secretaria participa do monitoramento das condições da população afetada, avaliando as necessidades emergenciais e a eficácia das ações implementadas. Isso permite ajustes rápidos e a alocação eficiente de recursos.

Planejamento de Ações de Longo Prazo

Além das ações imediatas, a Secretaria também se envolve no planejamento de programas de recuperação e reintegração social, visando à reconstrução da vida das pessoas afetadas e à prevenção de futuras vulnerabilidades.

Provisões do Serviço

- **Alojamento Provisório:** O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) será o ponto de apoio inicialmente destinado ao acolhimento e atendimento às vítimas. Caso haja necessidade de abrigo temporário da população afetada, será utilizada a estrutura da Escola Estadual Bernardo Horta, previamente definida como abrigo provisório, conforme protocolo estabelecido.
- **Recursos Materiais:** Disponibilidade de alimentos, artigos de higiene, cobertores e outros materiais essenciais.
- **Recursos Humanos:** Equipes de profissionais capacitados para atender às necessidades da população afetada.

Trabalho Social

- **Acolhimento e Orientação:** Oferecer escuta qualificada, orientação sobre direitos e acesso a serviços e benefícios.
- **Encaminhamento:** Facilitar o acesso a outras políticas públicas e serviços socioassistenciais.
- **Mobilização Familiar:** Incentivar o suporte de familiares e o desenvolvimento de atividades de convívio.

Legislação Aplicável

As legislações vigentes que orientam as ações da Secretaria em situações de emergência e calamidade pública incluem:

- **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS):** Lei Orgânica de Assistência Social.
- **Decreto nº 6.037, de 14 de dezembro de 2007:** Dispõe sobre os benefícios eventuais previstos na LOAS.
- **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009:** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- **Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010:** Antecipação do calendário de pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em municípios em estado de calamidade pública.
- **Resolução nº 07, de 17 de maio de 2013 (CIT) e Resolução nº 12, de 11 de junho de 2013 (CNAS):** Dispõem sobre transferência de recursos para o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.
- **Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013:** Regulamenta o Serviço de Proteção em Situação de Emergências e Calamidades Públicas.
- **Lei nº 934, de 21 de dezembro de 2018:** Lei do SUAS do Município de Irupi.
- **Resolução nº 22, de 11 de agosto de 2022 (COMASI):** Sobre Benefícios Eventuais.

Procedimentos Operacionais

Articulação Intersetorial

- **Diagnóstico:** Levantamento das localidades que necessitam de atendimento e criação de pontos de atendimento à população.
- **Monitoramento:** Acompanhamento das demandas e adequação da concessão de benefícios eventuais junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMASI).

Avaliação e Monitoramento

A Secretaria realiza acompanhamento permanente das ações por meio de reuniões periódicas e apresentação de relatórios físicos e financeiros. A avaliação ocorre em quatro momentos:

- I. **Levantamento de Demandas:** Identificação das principais necessidades da população afetada.
- II. **Elaboração de Cronograma:** Planejamento das ações necessárias.
- III. **Execução Imediata:** Implementação das ações junto às famílias e indivíduos atingidos.
- IV. **Avaliação Geral:** Elaboração de um relatório final destacando o impacto das ações e a eficácia do atendimento prestado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**Fase de Resposta à Situação de Emergência:**

- **Divulgação de Informações:** Comunicar à população a situação de saúde durante a emergência, incluindo contatos para mais informações.
- **Notas à Imprensa:** Elaborar comunicados sobre as ações do setor de saúde durante a situação de emergência.
- **Fornecimento de Medicamentos:** Disponibilizar medicamentos e equipamentos de urgência.

Gestão de Equipes em Situação de Emergência: O(a) Secretário(a) Municipal de Saúde acionará a equipe de gestão de situações de risco, composta por:

- **Diretor de Departamento:** Comunicação com a população e coordenação com a assessoria de comunicação.
- **Coordenador de Pronto Atendimento:** Responsável pela equipe de apoio ao resgate.
- **Coordenador de Transporte Sanitário:** Coordenação dos motoristas para auxílio no transporte.
- **Coordenador de Estratégia de Saúde da Família:** Supervisão da equipe de ESF para atendimento de casos leves.
- **Coordenador de Vigilância em Saúde:** Supervisão da equipe de vigilância em saúde.

Fase de Recuperação Pós-Emergência:

- **Visitas de ACS e ACE:** Realizar visitas às áreas atingidas por desastres, informando a população sobre doenças associadas a enchentes e orientando sobre limpeza das casas e uso de água potável.
- **Apoio em Saúde Mental:** Oferecer suporte psicológico à população afetada.
- **Vacinação:** Priorizar a imunização da população atingida pelas chuvas.
- **Campanha Emergencial de Vacinação:** Implementar campanhas de vacinação para os afetados.
- **Avaliação Pós-Evento:** Promover uma avaliação das ações realizadas e das lições aprendidas.

Recursos Disponíveis para Possíveis Agravos:

- **Veículos:** 03 ambulâncias e 02 veículos pick-up.
- **Estratégia de Saúde da Família (ESF):** Atendimento estendido na Zona Urbana para atender às vítimas.
- **Formação de Equipes de Emergência:** Criação e treinamento de 02 equipes, compostas por:

- a. 01 médico
 - b. 02 enfermeiros
 - c. 01 psicólogo
 - d. 03 técnicos
 - e. 01 assistente social
 - f. Equipe de apoio administrativo
 - g. Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para auxiliar na identificação de território.
- **Apoio ao Resgate:** Equipe de apoio para situações de baixo risco, composta por motoristas e enfermeiros.
 - **Transporte de Desalojados:** Auxílio no transporte de pessoas desalojadas por meio de vans.
 - **Cadastro de Vítimas:** Elaboração e impressão de fichas para registrar as vítimas que necessitam de atendimento em saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fases de Preparação/Resposta

- **Estimular a Conscientização:** Incentivar a comunidade estudantil a conhecer os riscos presentes nas comunidades próximas às escolas municipais e a adotar práticas preventivas.
- **Participação em Campanhas:** Engajar-se em campanhas informativas e de arrecadação de mantimentos e utensílios em apoio às vítimas de desastres.
- **Elaboração de Projetos Educativos:** Criar e implementar projetos educativos abordando temas relacionados à Defesa Civil.
- **Promoção da Solidariedade:** Desenvolver projetos que enfatizem a importância da solidariedade em situações críticas.
- **Plano de Chamada:** Criar um plano de acionamento para situações de Estado de Alerta e Prontidão.
- **Treinamentos e Ações Preventivas:** Participar ativamente de treinamentos e ações de prevenção.
- **Manutenção das Equipes em Alerta:** Manter as equipes escolares de sobreaviso durante períodos de risco.
- **Mapeamento das Escolas:** Apresentar um mapeamento das escolas municipais de acordo com critérios de referência para apoiar as ações emergenciais.

Critérios de Referência para Escolas Mapeadas

- **1ª Referência:** Escola com melhores condições físicas e estruturais para receber desabrigados em caso de fortes chuvas.
- **2ª Referência:** Escola com condições inferiores em relação à 1ª Referência, utilizada apenas se a primeira estiver lotada.

- **3ª Referência:** Escola com condições inferiores às 1ª e 2ª Referência, empregada somente se as duas anteriores estiverem lotadas.

Escolas Municipais de Referência para Abrigos

- **Escola Estadual (1ª Referência)**
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Bernardo Horta”
Endereço: R. Alcides Ribeiro - Centro, Irupi/ES, CEP: 29398-000
Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, Irupi – Espírito Santo
Telefone: 028 3548 1309 – educacao@irupi.es.gov.br
- **Escola Municipal (2ª Referência)**
EMEIEF “Professora Sonia Maria Faria Pinheiro”
Endereço: R. José Graciliano Junior, 100 - Centro, Irupi/ES, CEP: 29398-000
- **Escola Municipal (3ª Referência)**
EMEIEF “Professora Nelci Gomes da Costa”
Endereço: ES-379 – Irupi/ES, CEP: 29398-000

Ações de Apoio em Situações de Emergência

- **Montagem de Abrigos:** Disponibilizar as escolas para a montagem de abrigos temporários ou postos de comando de operações.
- **Escala de Diretores:** Designar diretores para apoiar as ações da Assistência Social na organização dos abrigos e no atendimento à população afetada.
- **Infraestrutura de Cozinha:** Liberar as instalações das cozinhas escolares para o preparo de refeições.
- **Equipe Técnica:** Disponibilizar técnicos especializados para apoiar as equipes atuantes no desastre.
- **Materiais e Equipamentos:** Colocar à disposição equipamentos e materiais que a Secretaria possui para auxiliar nas atividades administrativas e operativas.
- **Mobilização de Voluntários:** Convocar responsáveis pelos diversos setores e voluntários para apoiar as operações nos abrigos.
- **Transporte de Equipes:** Manter veículos, motoristas e servidores disponíveis em conjunto com as demais secretarias municipais para o transporte de equipes de apoio.
- **Ações de Arrecadação:** Participar de ações de arrecadação e distribuição de alimentos e donativos.
- **Alimentação aos Desabrigados:** Responsabilizar-se pelo preparo e distribuição da alimentação aos desabrigados.
- **Equipe de Apoio:** Solicitar pessoal para compor a equipe de cozinheiros, auxiliares de cozinha e faxineiros.

- **Controle de Gêneros Alimentícios:** Relacionar tipo e quantidade dos gêneros alimentícios, mantendo o controle necessário.
- **Segurança das Instalações:** Priorizar a estrutura de segurança das instalações, contando com integrantes da Polícia Militar para garantir a segurança da população.

Endereço: Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, Irupi – Espírito Santo

Telefone: 028 3548 1309

E-mail: educacao@irupi.es.gov.br

Fase de Recuperação

- Recolher todos os gêneros que restaram e entregar na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e/ou Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.
- Realizar limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação das escolas.
- Elaborar o relatório final.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

A Secretaria Municipal de Agricultura desempenha um papel crucial nas ações de resposta a desastres e emergências, colaborando de forma ativa com outras secretarias para garantir um atendimento eficaz às necessidades da população afetada.

- I. **Disponibilidade de Recursos:** A Secretaria disponibiliza maquinário e servidores qualificados para auxiliar nas ações de resposta ao evento. Isso inclui equipamentos para remoção de detritos, reparação de estradas e outras intervenções necessárias para restaurar a infraestrutura local.
- II. **Apoio às Atividades Rurais:** Durante situações de emergência, a Secretaria atua para garantir a continuidade das atividades agrícolas, fornecendo suporte técnico e logístico aos agricultores afetados, promovendo a recuperação das lavouras e a reestabelecimento da produção local.
- III. **Integração com Outras Secretarias:** A Secretaria de Agricultura trabalha em estreita colaboração com a Defesa Civil e outras secretarias municipais para coordenar esforços de assistência e garantir uma resposta abrangente e eficiente às crises.
- IV. **Monitoramento das Condições Agrícolas:** Após eventos de calamidade, a Secretaria realiza monitoramentos para avaliar os danos à produção agrícola, identificando áreas que necessitam de recuperação imediata e implementando estratégias para mitigar os impactos a longo prazo.
- V. **Promoção de Campanhas de Conscientização:** Além das ações de resposta, a Secretaria também promove campanhas de conscientização sobre práticas agrícolas sustentáveis e prevenção de desastres, ajudando a comunidade a se preparar melhor para futuros eventos adversos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

A Secretaria Municipal de Transporte terá um papel crucial nas fases de prevenção, resposta e recuperação em um desastre de deslizamento de terra, alagamento ou enchente no município de Irupi, ES. Sua atuação será fundamental para garantir a segurança da população e a eficiência nas ações de resposta.

I. Fase de Prevenção:

a. Mapeamento e Estudo de Áreas de Risco: A Secretaria Municipal de Transporte trabalhará em conjunto com outros órgãos governamentais, como a Defesa Civil e o meio ambiente, para identificar e mapear áreas suscetíveis a deslizamentos e enchentes. Essa análise ajudará a implementar medidas preventivas em locais de maior vulnerabilidade.

b. Manutenção e Monitoramento da Infraestrutura: A Secretaria realizará a manutenção regular de estradas, pontes e sistemas de drenagem, garantindo que estejam em boas condições e minimizando o risco de deslizamentos e inundações.

c. Planejamento Urbano: A Secretaria participará do planejamento e regulamentação do uso do solo, considerando as áreas de risco, a fim de evitar a construção em locais vulneráveis e adotar medidas de proteção.

II. Fase de Resposta:

a. Coordenação de Esforços: A Secretaria atuará em conjunto com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia para coordenar a resposta em casos de desastres. Isso incluirá o gerenciamento do tráfego e a garantia de rotas alternativas em caso de bloqueio de estradas.

b. Acesso de Emergência: A Secretaria garantirá que as rotas de acesso às áreas afetadas estejam desimpedidas para facilitar a chegada rápida de equipes de resgate e serviços de emergência.

c. Divulgação de Informações: A Secretaria comunicará à população informações atualizadas sobre as condições das vias, rotas alternativas, abrigos e locais seguros, sendo fundamental durante a resposta ao desastre.

III. Fase de Recuperação:

a. Restauração da Infraestrutura: A Secretaria será responsável por coordenar a reconstrução de estradas e pontes danificadas, bem como pela limpeza e reparo das vias atingidas.

b. Avaliação de Danos: A Secretaria colaborará com as autoridades responsáveis na avaliação dos danos causados pelo desastre para determinar os recursos necessários para a recuperação.

c. Apoio à Comunidade: A Secretaria trabalhará em colaboração com outras secretarias e órgãos para fornecer assistência e apoio às comunidades afetadas, ajudando na reconstrução e na retomada das atividades normais.

É essencial que a Secretaria de Transporte atue em conjunto com outros órgãos e entidades governamentais para uma resposta eficiente em situações de desastres naturais, sempre buscando a segurança e o bem-estar da população de Irupi, ES.

Observação: Em situações de emergência, todos os recursos da Secretaria Municipal de Transporte estarão disponíveis para apoiar as operações de resposta e recuperação.

GABINETE DO PREFEITO

Funções e Responsabilidades

- **Suporte às Decisões:** O Gabinete do Prefeito fornecerá suporte a todas as decisões referentes à Coordenadoria da Defesa Civil.
- **Decisões Emergenciais:** O Gabinete do Prefeito tomará decisões emergenciais em situações de desastre que exijam ações imediatas, garantindo a segurança e o bem-estar da população.
- **Integração dos Órgãos Envolvidos:** O Gabinete do Prefeito atuará como integrador dos órgãos envolvidos na elaboração e execução do plano de contingência, promovendo a cooperação e o diálogo entre eles para garantir uma atuação integrada e eficiente em caso de desastre.
- **Mobilização de Recursos:** O Gabinete do Prefeito mobilizará recursos financeiros e humanos para a execução das ações previstas no plano de contingência, buscando apoio junto aos governos estadual e federal, organizações não governamentais e empresas.

SETOR DE ASSESSORIA E COMUNICAÇÃO

O Setor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Irupi atuará auxiliando a equipe da COMPEDEC no Plano de Contingência Municipal para Desastres das seguintes formas:

- **Importância do Plano de Contingência:** Explicar as funções e responsabilidades da Comissão de Defesa Civil, que inclui representantes da Comunicação do Município.
- **Alerta e Comunicação Prévia:** Estabelecer um sistema de alerta precoce para informar a população sobre a possibilidade de um desastre iminente. Definir os canais de comunicação a serem utilizados para emitir os alertas, como SMS, sirenes, aplicativos móveis, redes sociais, rádios locais, etc.
- **Estrutura de Comunicação de Emergência:** Criar uma equipe de comunicação de emergência composta por profissionais capacitados para gerenciar a divulgação de informações durante um desastre. Definir um centro de operações de emergência como ponto central de coordenação das ações e comunicação.
- **Protocolo de Comunicação:** Estabelecer um protocolo claro para a comunicação interna e externa durante um desastre. Definir responsabilidades específicas para a equipe de comunicação de emergência

e assegurar a cooperação entre a Comunicação do Município e outras agências governamentais envolvidas na resposta a desastres.

- **Materiais de Comunicação:** Preparar previamente materiais de comunicação, como comunicados de imprensa, posts para redes sociais, infográficos, cartilhas, etc., para serem utilizados em diferentes cenários de desastres.
- **Comunicação com a População:** Informar a população sobre medidas preventivas antes de um desastre ocorrer. Fornecer orientações claras e precisas sobre como agir durante um desastre e onde buscar abrigo seguro. Manter a população atualizada sobre o status da situação, serviços de emergência disponíveis e informações sobre evacuação, se necessário.
- **Parcerias e Colaborações:** Estabelecer parcerias com veículos de comunicação locais para garantir a ampla disseminação de informações. Cooperar com organizações não governamentais e voluntários para apoiar ações de comunicação e assistência à população.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

A Secretaria Municipal de Esportes vai disponibilizar espaços esportivos, como estádios e prédios sob sua administração, para serem utilizados como abrigos temporários em caso de desastres.

- **Disponibilidade de Recursos:** A Secretaria garantirá que todos os recursos disponíveis, incluindo equipamentos, materiais, estádios e prédios, estejam prontos para uso durante as situações de emergência, assegurando uma resposta rápida e eficaz às necessidades da população afetada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1. Garantia de Recursos Financeiros:

A Secretaria de Finanças é responsável por assegurar que os recursos financeiros necessários estejam previstos e disponíveis para as ações de prevenção e resposta a desastres.

2. Monitoramento do Plano de Contingência:

Acompanhar e monitorar a execução do plano de contingência, verificando se os recursos estão sendo utilizados de forma adequada e eficiente.

3. Captação de Recursos Externos:

Atuar na captação de recursos externos para a implementação do plano de contingência, mantendo-se atenta a possíveis fontes de financiamento, como convênios com outros órgãos governamentais ou organizações internacionais.

4. Transparência na Gestão de Recursos Públicos:

Manter a transparência na gestão dos recursos públicos, garantindo que a população tenha acesso às informações sobre despesas e receitas do município. Isso contribui para criar um ambiente de confiança e engajamento na implementação do plano de contingência.

5. Disponibilidade de Recursos para Contingência:

Colaborar no planejamento financeiro para a aquisição de materiais e equipamentos necessários para as ações de contingência, bem como para a contratação de serviços e pessoal especializado em situações de emergência.

6. Gestão e Controle dos Recursos Financeiros:

Ser responsável pela gestão e controle dos recursos financeiros destinados às ações de contingência, garantindo a transparência e a eficiência na aplicação desses recursos.

7. Elaboração de Planos de Ação:

Colaborar na elaboração de planos de ação para situações de emergência em conjunto com a Defesa Civil e outros órgãos públicos envolvidos, identificando os recursos necessários e estabelecendo prioridades de atuação.

8. Participação em Simulações:

Participar de simulações de situações de emergência, juntamente com as demais equipes envolvidas, para avaliar a efetividade do plano de contingência e identificar possíveis pontos de melhoria.

9. Divulgação de Informações:

Colaborar na divulgação de informações sobre as ações de contingência e medidas preventivas para a população, visando reduzir os impactos dos desastres.

10. Estabelecimento de Parcerias:

Estabelecer parcerias com empresas, organizações da sociedade civil e outras entidades para colaborar no planejamento e execução das ações de contingência, ampliando a capacidade de resposta do município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Em situações de calamidade pública, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento será responsável por garantir a agilidade e eficiência nas ações de apoio necessárias. Isso inclui a execução de aquisições de materiais, serviços e pessoal, de acordo com as competências previstas nos artigos 15 a 20 da Lei Municipal nº 542, de 28 de maio de 2008.

A Secretaria atuará prontamente para:

- Autorizar e processar a compra de materiais e equipamentos;
- Realizar licitações ou, quando necessário, dispensar processos licitatórios para acelerar as aquisições;
- Solicitar materiais essenciais para a resposta à emergência;
- Contratar temporariamente pessoal, desde que permitido por lei;
- Facilitar todas as outras medidas administrativas necessárias para garantir uma resposta eficaz e imediata às situações de desastre.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

A Secretaria Municipal de Convênios da Prefeitura de Irupi adota diretrizes e procedimentos específicos para responder de forma eficiente a emergências, como desastres naturais ou outros eventos adversos. O foco é assegurar a proteção das pessoas, da infraestrutura e dos recursos obtidos por meio de convênios estaduais e federais. O Secretário responsável garantirá a execução adequada deste plano, assegurando a prontidão e a eficácia das ações em situações críticas.

• Identificação de Riscos e Ameaças

A Secretaria Municipal de Convênios deve colaborar com a Secretaria de Comunicação na identificação dos riscos e ameaças potenciais que possam afetar a

captação de recursos. A Secretaria de Comunicação, sob a liderança do secretário Danilo Bargline, será responsável por realizar uma análise detalhada dos riscos e ameaças, considerando tanto desastres naturais (inundações, deslizamentos de terra, tempestades, etc.) quanto eventos não naturais (incêndios, vandalismo, falhas de infraestrutura, etc.). Com base nessa análise, devem ser identificados os cenários de emergência mais prováveis e seus possíveis impactos.

- **Organização e Comunicação**

Estrutura de Comando de Emergência: Será estabelecida uma estrutura de comando de emergência, composta exclusivamente pela Secretaria de Comunicação, sob a liderança do secretário Danilo Bargline. A equipe da Secretaria de Comunicação será responsável por gerenciar e coordenar as ações de comunicação durante situações de emergência. A Secretaria Municipal de Convênios irá fornecer informações e recursos necessários para apoiar as atividades de comunicação.

Canais de Comunicação: Devem ser estabelecidos canais de comunicação eficientes, tanto internos quanto externos, dentro da Secretaria de Comunicação. Isso inclui linhas de contato com órgãos municipais, estaduais e federais, bem como com outras secretarias e departamentos da prefeitura. Também é importante ter um sistema de comunicação de emergência, como um telefone celular com bateria reserva ou rádios comunicadores, para garantir a comunicação contínua durante situações de emergência.

- **Avaliação de Recursos**

A Secretaria Municipal de Convênios deve colaborar com a Secretaria de Comunicação na identificação e levantamento dos recursos disponíveis que possam ser utilizados em situações de emergência. Isso inclui equipamentos, veículos, suprimentos de emergência, documentos importantes, entre outros. A Secretaria de Comunicação será responsável por receber as informações captadas e utilizá-las de forma apropriada para gerenciar a comunicação em situações de emergência.

- **Plano de Evacuação e Abrigos de Emergência**

A Secretaria de Comunicação, em colaboração com outras secretarias e departamentos relevantes da prefeitura, deve participar do desenvolvimento do plano de evacuação e identificação de abrigos de emergência. O Secretário deve fornecer as informações e orientações necessárias para a inclusão da Secretaria Municipal de Convênios nesse plano.

- **Backup de Dados e Documentos**

A Secretaria Municipal de Convênios deve garantir a realização regular de backup de dados e documentos importantes relacionados aos convênios e recursos captados. Essa responsabilidade será compartilhada com a Secretaria de Comunicação, que deve garantir que as informações críticas estejam disponíveis e acessíveis durante situações de emergência.

PROCURADORIA

Funções e Responsabilidades

- **Orientação Jurídica:** A Procuradoria vai auxiliar a Defesa Civil no entendimento da legislação e dos procedimentos jurídicos necessários para a elaboração e execução do plano de contingência.

- **Elaboração de Normas e Procedimentos:** A Procuradoria vai colaborar com a Defesa Civil na elaboração de normas e procedimentos específicos para a prevenção e resposta a desastres, garantindo que as ações sejam realizadas de forma padronizada e eficiente.
- **Adoção de Medidas Judiciais:** Em casos de necessidade, a Procuradoria vai adotar medidas judiciais em nome do município, como a busca de recursos ou a defesa do município em processos judiciais relacionados a desastres naturais.

POLÍCIA MILITAR

- Garantir a segurança e o cumprimento das ações da Defesa Civil.
- Disponibilizar, sempre que possível, equipes para a vigilância de abrigos, equipamentos e outros recursos essenciais.
- Intensificar o patrulhamento nas áreas afetadas para prevenir saques e vandalismos, utilizando recursos adicionais de contingência e solicitando apoio a outros departamentos e batalhões, se necessário.

CESAN

A Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) é responsável por garantir o abastecimento de água potável. Em caso de interrupção no sistema de abastecimento devido a um desastre natural ou qualquer outra emergência, a CESAN deverá tomar todas as medidas necessárias para restabelecer o fornecimento de água o mais rápido possível. Isso inclui o uso de recursos adicionais, como a disponibilização de carros-pipa e a distribuição de garrafas de água para atender à população afetada, garantindo que as necessidades básicas sejam supridas até a normalização completa do sistema.

EDP

A EDP, concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica, tem a função de restabelecer o serviço em caso de falhas provocadas por desastres, como tempestades, enchentes ou outros eventos críticos que afetem a rede elétrica. O gestor operacional da EDP deverá acionar equipes especializadas e, se necessário, mobilizar recursos adicionais para realizar reparos e reativar o fornecimento de energia. Além disso, a empresa deve atuar preventivamente para evitar maiores danos à rede elétrica e garantir a segurança durante o processo de restabelecimento da energia para a comunidade.

XI. LISTA DE CONTATOS

SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E INTERIOR

- Endereço: Tv. Afonso Borba, Bairro Carolino Barbosa
Telefone: **(28) 3548-1203**
Email: obras@irupi.es.gov.br

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA

- **CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**
Endereço: Rua José Graciano Ribeiro, nº70, Centro
Telefone: **(28) 3548-1139**

Email: cras_irupi@hotmail.com

- **Secretaria de Assistência Social de Irupi**
Endereço: Rua Jalmas Gomes de Freitas, 210, Centro
Telefone: (28) 3548-1397
Email: assistenciasocial@irupi.es.gov.br
- **CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**
Endereço: Rua Pergentino Fidelis de Miranda, S/N, Centro
Telefone: (28) 3548-1696
Email: creas@irupi.es.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Endereço: Rua Amélia Augusta da Silva, S/N, Bairro João Tomaz
Telefone: (28) 3548-1615 | (28) 3548-1338
Email: saude@irupi.es.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- **Secretaria de Educação**
Endereço: Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151 - Centro
Telefone: (28) 3548-1309
Email: educacao@irupi.es.gov.br
- **Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Bernardo Horta”**
Endereço: R. Alcides Ribeiro - Centro
Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, Irupi – Espírito Santo
Telefone: 028 3548 1309 – educacao@irupi.es.gov.br
- **EMEIEF “Professora Sonia Maria Faria Pinheiro”**
Endereço: R. José Graciliano Junior, 100 - Centro
- **EMEIEF “Professora Nelci Gomes da Costa”**
Endereço: ES-379 – Irupi/ES
Telefone: (28) 3548-1633

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Endereço: R. José Graciliano Junior, S/N - Centro, Irupi - ES
Telefone: (28) 3548-1505
Email: agricultura@irupi.es.gov.br

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Endereço: Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151
Telefone: (28) 3548-1152
Email: administracao@irupi.es.gov.br



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 72EC-C68D-999C-BAD1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ PAULINO LOURENÇO DA SILVA (CPF 905.XXX.XXX-87) em 05/06/2025 10:13:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ STÊNIO WASHINGTON RODRIGUES BELO (CPF 147.XXX.XXX-71) em 05/06/2025 10:28:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOAO PEDRO SCHUAB STANGARI SILVA (CPF 131.XXX.XXX-22) em 05/06/2025 10:33:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC DIGITAL MULTIPLA G1 << AC DIGITAL MAIS << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ PERILIO BARBOSA LEITE DA SILVA (CPF 102.XXX.XXX-03) em 05/06/2025 10:39:57 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOYCE CEZAR DE MELO BOREL (CPF 150.XXX.XXX-17) em 05/06/2025 10:57:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ LELIA CARVALHO CARDOSO (CPF 820.XXX.XXX-20) em 05/06/2025 11:01:16 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RODOLFO AFONSO DA COSTA OLIVEIRA (CPF 147.XXX.XXX-19) em 05/06/2025 11:01:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DARCI CAMILO GONÇALVES (CPF 025.XXX.XXX-35) em 05/06/2025 11:02:27 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ HEVILLYN EDUARDA FURTADO SILVA DE OLIVEIRA (CPF 109.XXX.XXX-37) em 05/06/2025 11:04:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDNA MARA DUQUE MAFFORT (CPF 135.XXX.XXX-41) em 05/06/2025 11:15:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GUILHERME ISAC GOMES BARBOSA (CPF 135.XXX.XXX-84) em 05/06/2025 11:16:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JACSON VIEIRA DE ANDRADE (CPF 119.XXX.XXX-78) em 05/06/2025 11:51:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CELIA APARECIDA DE ANDRADE (CPF 034.XXX.XXX-28) em 05/06/2025 12:00:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ POLIANA LOPES DE FREITAS (CPF 130.XXX.XXX-08) em 05/06/2025 12:11:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DIVALDO FERREIRA DA LUZ FILHO (CPF 989.XXX.XXX-34) em 05/06/2025 12:57:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://irupi.1doc.com.br/verificacao/72EC-C68D-999C-BAD1>